

Caloi Norte S/A

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2013

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações de resultados | 6 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Caloi Norte S.A
Manaus -AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Caloi Norte S.A. (“Companhia”) individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caloi Norte S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 08 de março de 2013, que conteve modificação sobre a insuficiência de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em aproximadamente R\$ 5.727 mil.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Caloi Norte S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

| Ativos | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivo | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|--|-------|----------------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|
| | | 31/12/2013 | 31/12/2012 (Reclassificado) | 31/12/2013 | 31/12/2012 (Reclassificado) | | | 31/12/2013 | 31/12/2012 (Reclassificado) | 31/12/2013 | 31/12/2012 (Reclassificado) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 10.356 | 3.075 | 10.356 | 3.112 | Fornecedores a pagar | 12 | 28.546 | 14.544 | 28.546 | 14.544 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 67.924 | 54.532 | 67.924 | 54.532 | Empréstimos | 13 | 107.270 | 32.620 | 107.270 | 32.620 |
| Estoques | 6 | 70.193 | 31.051 | 70.193 | 31.051 | Obrigações trabalhistas e sociais | | 4.784 | 5.705 | 4.784 | 5.705 |
| Impostos a recuperar | | 4.769 | 1.215 | 4.743 | 1.265 | Obrigações fiscais | 14 | 2.215 | 3.327 | 2.276 | 3.357 |
| Adiantamentos | 7 | 1.549 | 1.706 | 1.549 | 1.706 | Dividendos mínimo obrigatórios a pagar | | 422 | 3.995 | 422 | 3.995 |
| Despesas antecipadas | | 310 | 177 | 310 | 177 | Empresas ligadas a pagar | | 243 | - | 243 | - |
| Total do ativo circulante | | 155.101 | 91.756 | 155.075 | 91.843 | Outras contas a pagar | 18 | 3.860 | 6.164 | 3.860 | 4.689 |
| | | | | | | Total do passivo circulante | | 147.340 | 66.355 | 147.401 | 64.910 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 7.363 | 5.177 | 7.363 | 5.177 | Empréstimos | 13 | 30.486 | 43.576 | 30.486 | 43.576 |
| Ativo fiscal diferido | 16 | 16.620 | 10.046 | 16.620 | 10.046 | Obrigações com partes relacionad | 19 | 170 | 81 | - | - |
| Créditos com partes relacionadas | 19 | - | 1.647 | - | - | Obrigações fiscais | 14 | 5.982 | 6.409 | 5.982 | 6.409 |
| Outros créditos | 8 | 2.887 | 11.836 | 2.887 | 12.253 | Provisões para riscos tributários, c | 20 | 345 | 742 | 345 | 1.019 |
| Total do realizável a longo prazo | | 26.870 | 28.706 | 26.870 | 27.476 | Outras contas a pagar | 18 | 2.028 | 1.836 | 2.028 | 1.836 |
| Investimentos | 9 | 83 | 110 | - | 4 | Total do passivo não circulante | | 39.011 | 52.644 | 38.841 | 52.840 |
| Imobilizado | 10 | 30.018 | 26.053 | 30.018 | 26.053 | Patrimônio líquido | | | | | |
| Intangível | 11 | 39.911 | 39.114 | 39.911 | 39.114 | Capital social | 21 | 46.714 | 46.714 | 46.714 | 46.714 |
| Total do ativo não circulante | | 96.882 | 93.983 | 96.799 | 92.647 | Reservas de reavaliação | | 6.460 | 5.262 | 6.460 | 5.262 |
| | | | | | | Reservas de lucros | | 5.649 | 3.715 | 5.649 | 3.715 |
| | | | | | | Lucros acumulados | | 6.809 | 11.049 | 6.809 | 11.049 |
| Total do ativo | | 251.983 | 185.739 | 251.874 | 184.490 | Total do patrimônio líquido | | 65.632 | 66.740 | 65.632 | 66.740 |
| | | | | | | Total do passivo | | 186.351 | 118.999 | 186.242 | 117.750 |
| | | | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 251.983 | 185.739 | 251.874 | 184.490 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

| Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------------------------|-----------------|--------------------------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (Reclassificado) | 31/12/2013 | 31/12/2012 (Reclassificado) |
| Receita operacional líquida | 22 | 275.286 | 275.283 | 259.200 |
| Custo dos produtos vendidos | | (198.227) | (198.227) | (177.260) |
| Lucro bruto | | 77.059 | 77.056 | 81.940 |
| Despesas com vendas | 23 | (20.467) | (20.443) | (16.821) |
| Despesas gerais e administrativas | 24 | (30.884) | (30.911) | (28.780) |
| Despesas com pesquisa e desenvolvimento | | (2.240) | (2.240) | (1.333) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 9 | (9) | - | - |
| | | (53.600) | (53.594) | (46.934) |
| Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos | | 23.459 | 23.462 | 35.006 |
| Despesas financeiras | 26 | (17.957) | (17.957) | (15.531) |
| Receitas Financeiras | 26 | 973 | 973 | 577 |
| Despesas financeiras líquidas | | (16.984) | (16.984) | (14.954) |
| Lucro antes dos impostos | | 6.475 | 6.478 | 20.052 |
| Imposto de renda e contribuição social | 17 | 4.402 | 4.399 | (1.443) |
| Lucro líquido do exercício | | 10.877 | 10.877 | 18.609 |
| Lucro líquido por ação | | 23,70 | 23,70 | 40,55 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S/A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------------|----------------------|--|----------------------|--|
| | <u>2013</u> | <u>2012</u> <u>(Reclassificado)</u> | <u>2013</u> | <u>2012</u> <u>(Reclassificado)</u> |
| Resultados do exercício | <u>10.877</u> | <u>18.609</u> | <u>10.877</u> | <u>18.609</u> |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Resultado abrangente total | <u><u>10.877</u></u> | <u><u>18.609</u></u> | <u><u>10.877</u></u> | <u><u>18.609</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

| | Reserva de lucros | | | | | | | Total |
|--|-------------------|----------------|---------------------------------------|-----------------------|---------------|----------------|-------------------------------|----------|
| | Capital social | De reavaliação | De correção monetária Lei n° 8.200/91 | De incentivos fiscais | Reserva legal | Lucros Retidos | Lucros (Prejuízos) acumulados | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 74.819 | 5.412 | 22 | 1.250 | - | - | (29.376) | 52.127 |
| Redução de Capital | (28.105) | - | (22) | (1.250) | - | - | 29.377 | - |
| Realização da reserva de reavaliação de ativos | - | (150) | - | - | - | - | 150 | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 18.609 | 18.609 |
| Destinações: | | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | - | - | - | 938 | - | (938) | - |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | (3.996) | (3.996) |
| Reserva de Incentivos Fiscais - Sudam | - | - | - | 2.777 | - | - | (2.777) | - |
| Retenção de lucros | - | - | - | - | - | 11.049 | (11.049) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 46.714 | 5.262 | - | 2.777 | 938 | 11.049 | - | 66.740 |
| Distribuição de dividendos com lucros retiros de exercícios anteriores | - | - | - | - | - | (11.049) | - | (11.049) |
| Antecipação de dividendos durante o exercício | - | - | - | - | - | - | (2.300) | (2.300) |
| Realização da reserva de reavaliação de ativos | - | (227) | - | - | - | - | 227 | - |
| Baixa de impostos diferidos sobre reserva de reavaliação | - | 1.425 | - | - | - | - | (61) | 1.364 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 10.877 | 10.877 |
| Destinações: | | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | - | - | - | 552 | - | (552) | - |
| Reserva de Incentivos Fiscais - Sudam | - | - | - | 1.382 | - | - | (1.382) | - |
| Retenção de lucros | - | - | - | - | - | 6.809 | (6.809) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 46.714 | 6.460 | - | 4.159 | 1.490 | 6.809 | - | 65.632 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caloi Norte S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2012 (Reclassificado) | 31/12/2013 | 31/12/2012 (Reclassificado) |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 10.877 | 18.609 | 10.877 | 18.609 |
| Ajuste para: | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | (4.402) | 1.440 | (4.399) | 1.443 |
| Depreciações e amortizações | 3.866 | 3.505 | 3.866 | 3.505 |
| Resultado de equivalencia patrimonial | 9 | 45 | - | - |
| Resultado líquido na baixa de investimentos | 18 | - | 4 | - |
| Resultado na baixa de ativo intangível e imobilizado | 31 | 1.677 | 31 | 1.677 |
| Resultado com baixa de outros ativos | 2.101 | - | 2.101 | - |
| Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa | 223 | - | 223 | - |
| Constituição de provisão para perdas nos estoques | 698 | 789 | 698 | 789 |
| Juros sobre empréstimos | 14.834 | 10.730 | 14.834 | 10.730 |
| Ajuste a valor presente sobre contas a receber e a pagar | 290 | - | 290 | - |
| Perdas em controladoras | 154 | (231) | 277 | (1) |
| Provisão de contingencias | (397) | 447 | (674) | 591 |
| | 28.302 | 37.011 | 28.128 | 37.343 |
| Variações nos ativos e passivos (Aumento)/diminuição no ativo circulante e não circulante | | | | |
| Contas a receber de clientes | (16.121) | (15.773) | (16.121) | (15.773) |
| Estoques | (39.840) | (9.454) | (39.840) | (9.454) |
| Impostos a recuperar | (1.776) | 15 | (1.700) | (14) |
| Adiantamentos | 157 | (962) | 157 | (962) |
| Despesas antecipadas | (133) | (45) | (133) | (45) |
| Outros créditos | 85 | (5.963) | 85 | (6.103) |
| Aumento/(diminuição) no passivo circulante e não circulante | | | | |
| Fornecedores | 14.032 | (262) | 14.032 | (262) |
| Obrigações trabalhistas e sociais | (921) | (771) | (921) | (771) |
| Obrigações fiscais | (1.628) | (1.756) | (1.567) | (1.967) |
| Empresas ligadas | 243 | - | 243 | - |
| Outras contas a pagar | (528) | (857) | (528) | (859) |
| Juros pagos | (12.639) | (13.591) | (12.639) | (13.591) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (2.499) | (1.821) | (2.499) | (1.821) |
| Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais | (33.266) | (14.229) | (33.303) | (14.279) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Venda de ativo imobilizado | 34 | 1.203 | 34 | 1.203 |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | (8.695) | (8.266) | (8.695) | (8.266) |
| Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento | (8.661) | (7.063) | (8.661) | (7.063) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Dividendos pagos | (9.000) | - | (9.000) | - |
| Capitação de empréstimos | 99.662 | 131.119 | 99.662 | 131.119 |
| Amortização de empréstimos (principal) | (41.454) | (107.993) | (41.454) | (107.993) |
| Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento | 49.208 | 23.126 | 49.208 | 23.126 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | 7.281 | 1.834 | 7.244 | 1.784 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| No início do exercício | 3.075 | 1.241 | 3.112 | 1.328 |
| No final do exercício | 10.356 | 3.075 | 10.356 | 3.112 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa | 7.281 | 1.834 | 7.244 | 1.784 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia e suas controladas têm como objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de bicicletas, brinquedos (Aros 12 e 16), peças e acessórios relacionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia focou sua atuação na produção e comercialização de bicicletas e brinquedos.

Em 21 de Agosto de 2013, 70% das ações da Companhia foram adquiridas pela Cycling Sports Group Brazil Investimentos Ltda., empresa do grupo Dorel Industries Inc. que, dentre as suas unidades de negócio possui a Cannondale Sports Unlimited. A Companhia a partir desta data tornou-se a sede oficial da Cannondale Sports Unlimited no Brasil.

Dentre os benefícios dessa transação, a Companhia irá acelerar localmente o desenvolvimento e comercialização de um amplo portfólio de marcas importantes do grupo incluindo Cannondale, Schwinn, GT, Mongoose e SUGOI, entre outras. Isso dar-se-á por meio da sua equipe de gestão, ampla rede de distribuição e capacidade produtiva.

Como parte deste processo, a Companhia encerrou seu escritório na China, localidade esta onde o grupo já possui robusta estrutura administrativa. Adicionalmente, a Companhia deixou de atuar no seguimento de fitness.

A Companhia detém unidade produtiva, localizada no Município de Manaus (AM), utilizada para a produção de bicicletas com e sem marcha de todas as marcas do grupo, um centro tecnológico e logístico em Atibaia (SP), que distribui brinquedos e bicicletas importadas, um escritório administrativo e comercial, localizado no Município de São Paulo.

A Companhia possui benefício fiscal referente à redução de 75% do Imposto de Renda relativo a atividade incentivada (Lucro da Exploração) que corresponde às atividades exercidas na área da SUDAM.

As demonstrações financeiras individual e consolidada da Caloi Norte S/A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2014.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para obsolescência dos estoques;
- Nota explicativa nº 11 - Intangível;
- Nota explicativa nº 16 - Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos;
- Nota explicativa nº 20 - Provisão para contingências; e
- Nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

e. Ajustes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação de provisões para perdas de clientes, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive relacionado à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente em período não superior a um ano.

f. Reclassificações

Após a aquisição da Companhia pela grupo Dorel, a Administração, objetivando harmonizar as interpretações do tratamento contábil concernente as demonstrações financeiras dentro do grupo, decidiu por reclassificar determinadas despesas e receitas das demonstrações do resultado de 2012 publicado com os principais desdobramentos abaixo descritos:

- a. Redução do lucro bruto de R\$26.256 principalmente direcionado pela alocação ao custo de despesas de distribuição e royalties anteriormente classificados como despesas operacionais.
- b. Redução das despesas operacionais no montante de R\$24.339 devido as reclassificações a custos acima mencionado diminuído das despesas bancárias que passaram a incorporar as despesas operacionais administrativas.
- c. Despesas e receitas financeiras com redução de despesas no montante de R\$2.187 principalmente devido a reclassificação das despesas bancárias para despesas operacionais.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados-

A controlada HO Fitness foi vendida em junho de 2013 e a empresa jurídica, Caloi USA Inc, foi encerrada no mesmo período. Sendo assim, a consolidação de ambas nas demonstrações financeiras compreende o período janeiro 2013 a junho 2013.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos conforme segue:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, compreendem os saldos de caixa e equivalente de caixa.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, compreendem contas a receber de clientes e outras contas a receber.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores nacionais, fornecedores estrangeiros, demais contas a pagar, adiantamentos, outros débitos, empréstimos e financiamentos e obrigações com partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

c. Reconhecimento de receita e custos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

(i) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

(ii) Custos

Os custos dos produtos vendidos são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita.

d. Impostos de renda e contribuições sociais

O Imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) e considera a compensação de prejuízos fiscais limitada a 30% do lucro tributável anual e benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda relativo a atividade incentivada (lucro da exploração).

O imposto de renda diferido é calculado com base na alíquota efetiva que corresponde ao benefício esperado quando da realização do ativo em caixa. Desta forma, o imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal é registrado a alíquota de 18% enquanto as diferenças temporárias são registradas a 18% ou 7,5% a depender do reflexo na apuração do benefício do lucro da exploração.

A contribuição social corrente e diferida são calculadas com base na alíquota de 9% e considera a compensação de base negativa limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data

de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. A Companhia e suas controladas consideraram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização destes ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos nas respectivas contas do resultado do exercício.

f. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

g. Contas a receber de clientes

O contas a receber é registrado e mantido no balanço pelo valor justo dos títulos representativos destes créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos.

h. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede aos custos de reposição ou aos valores de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou de perda com estoques de coleções superadas são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, decorrente do monitoramento permanente dos itens.

i. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

A participação societária nas controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos cotistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

j. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear às taxas de depreciação descritas na Nota Explicativa nº 10. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas e também efetua, pelo menos, anualmente, revisões da vida útil-econômica dos seus bens do ativo imobilizado. Quando alterações são necessárias, os ajustes são efetuados de forma prospectiva.

As contas do imobilizado estão acrescidas de reavaliação espontânea efetuada pela Companhia no exercício de 2004. Os saldos da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, serão mantidos até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

k. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Quando são identificadas indicações de perda de valor recuperável, são submetidos ao teste de avaliação do valor recuperável anualmente ou quando circunstâncias indicarem perda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

l. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas em condições de que a Companhia e suas controladas não aceitariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Uma perda por redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal

indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

o. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

p. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais ou administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais judiciais e administrativas, recentes decisões não terminativas, entre outras.

q. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (I) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos

prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (II) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

r. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

s. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número de ações totais (ordinárias) em circulação no fim do período correspondente ao resultado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Caixa e bancos | 6.668 | 2.634 | 6.668 | 2.671 |
| Aplicações financeiras | 3.688 | 441 | 3.688 | 441 |
| | 10.356 | 3.075 | 10.356 | 3.112 |

As aplicações financeiras referem-se a operações de Certificado de Depósito Bancário (CDB) de alta liquidez cujas taxas variam entre 99,5% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5 Contas a receber de clientes

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Circulante | | | | |
| Contas a Receber de clientes nacionais | 69.648 | 55.713 | 69.648 | 55.713 |
| Ajustes a valor presente | (671) | (351) | (671) | (351) |
| Provisão para perdas liquidação duvidosos | (1.053) | (830) | (1.053) | (830) |
| | 67.924 | 54.532 | 67.924 | 54.532 |
| Não Circulante | | | | |
| Contas a Receber de clientes nacionais | 7.055 | 5.204 | 7.055 | 5.204 |
| Ajustes a valor presente | (27) | (27) | (27) | (27) |
| Atualização contas a receber de clientes nacionais | 335 | - | 335 | - |
| | 7.363 | 5.177 | 7.363 | 5.177 |

A Companhia vem reconhecendo as perdas com contas a receber de clientes, considerando como de difícil realização os créditos vencidos há mais de 90 dias, desde que não tenha

garantias contratuais de realização. O saldo da provisão para perdas com devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$1.053 e 830, respectivamente.

A abertura do saldo de contas a receber de clientes nacionais (circulante) pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

| Descrição | 2013 | 2012 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Vencidas | 5.141 | 6.914 |
| A vencer de 1 a 30 dias | 28.385 | 21.371 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 19.849 | 16.141 |
| A vencer de 61 a 90 dias | 8.796 | 8.153 |
| A vencer acima de 90 dias | 14.532 | 8.338 |
| | 76.703 | 60.917 |

6 Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Produtos Acabados | 26.608 | 4.799 | 26.608 | 4.799 |
| Matérias Primas | 20.565 | 16.003 | 20.565 | 16.003 |
| Materiais Auxiliares | 851 | 1.119 | 851 | 1.119 |
| Materiais em Transito | 21.967 | 7.732 | 21.967 | 7.732 |
| Produtos em elaboração | 1.008 | 1.506 | 1.008 | 1.506 |
| Provisão para perdas com mercadorias | (806) | (108) | (806) | (108) |
| | 70.193 | 31.051 | 70.193 | 31.051 |

O valor dos estoques reconhecidos no custo para o período totalizou R\$180.580 (2012: R\$164.997), demonstrado com custo de vendas. Adicionalmente, compõem os custo de vendas os incentivos fiscais líquidos, royalties, impostos de internação, variação cambial sob fornecedores de matérias primas, despesas com fretes sobre vendas e demais despesas com distribuição.

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas no exercício totalizou R\$ 2.254 (R\$ 1.093 em 2012), reconhecido em custo dos produtos vendidos.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo dos produtos vendidos” .

7 Adiantamentos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|---------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Adto de férias e folha de pgto | 357 | 263 | 357 | 263 |
| Adto fornecedores nacionais | 19 | 592 | 19 | 592 |
| Adtos corretores e despachantes | 1.117 | 741 | 1.117 | 741 |
| Outros créditos | 56 | 110 | 56 | 110 |
| | 1.549 | 1.706 | 1.549 | 1.706 |

8 Outros créditos

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Edson Vaz Musa (i) | - | 6.764 | - | 6.764 |
| Depositos para defesas e recursos | 2.293 | 2.086 | 2.293 | 2.263 |
| Adiantamentos a fornecedores (ii) | - | 2.392 | - | 2.392 |
| Outros ativos de longo prazo | 594 | 594 | 594 | 834 |
| | 2.887 | 11.836 | 2.887 | 12.253 |

- (I) Em 19 de dezembro de 2012 o Sr. Edson Vaz Musa adquiriu a totalidade das ações da Caloi Norte S.A. pertencente ao antigo acionista estrangeiro, Rank Investments S.A. Como parte do pagamento por esta compra o Sr. Edson Vaz Musa assumiu dívida que Rank Investments S.A possuía com Caloi Norte S.A. A liquidação da dívida, assumida com Caloi Norte S/A, ocorreu em 31 de julho de 2013, através de termos de Acordo e Quitação, no montante de R\$7.921, decorrente de dividendos a pagar ao Sr. Edson Vaz Musa, aprovados nas AGEs de 2013.
- (II) Refere-se à saldo de confissão de dívida no montante de R\$3.978 firmado em 31 de dezembro 2010, por prestador de serviço de industrialização de brinquedos, a sua liquidação deu-se em 31 de julho de 2013 através de instrumento de perdão de dívida celebrado entre as partes na mesma data, no montante de R\$ 2.101. Em 31 de dezembro 2012, o saldo desta confissão de dívida era de R\$2.392.

9 Investimentos (controladora)

| | Participação no final do exercício % | | Participação em 2013 | | Participação em 2012 | |
|----------------------------|--------------------------------------|---------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | Votante | Total | No patrimonio liquido | No resultado do período | No patrimonio liquido | No resultado do período |
| Caloi USA Inc. | 100,00% | 100,00% | - | (23) | 37 | (49) |
| HO Fitness Ltda | 99,99% | 99,99% | - | - | - | - |
| Ducor Armazens Gerais Ltda | 99,99% | 99,99% | 83 | 14 | 69 | 4 |
| Outros Investimentos | | | - | - | 4 | - |
| | | | 83 | (9) | 110 | (45) |

10 Imobilizado (controladora e consolidado)

| Descrição | Taxa (%) | 2013 | 2012 |
|------------------------------------|----------------------|-----------------|-----------------|
| | Anual de depreciação | | |
| Terrenos | | 4.166 | 4.166 |
| Edifícios e benfeitorias | 4 | 19.739 | 17.346 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 10 | 17.672 | 17.034 |
| Instalações | 10 | 4.404 | 2.730 |
| Móveis e utensílios | 10 | 2.997 | 2.184 |
| Veículos | 20 | 111 | 226 |
| Ferramentas | 20 | 3.666 | 3.616 |
| Informática e comunicação | 10 a 20 | 2.689 | 2.429 |
| Imobilizado em andamento | | 1.028 | 156 |
| Total do Ativo Imobilizado | | 56.473 | 49.887 |
| (-) Depreciação acumulada | | (26.455) | (23.834) |
| Total do ativo imobilizado | | 30.018 | 26.053 |

Movimentação do Imobilizado - controladora e consolidado

| Descrição | Terrenos, edificações e instalações | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Ferramental | Imobilizações em curso | Demais Itens | Total |
|--|-------------------------------------|-------------------------|---------------------|--------------|------------------------|--------------|---------------|
| Custo ou avaliação: | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2012 | 25.818 | 12.995 | 1.532 | 2.734 | 2.730 | 2.523 | 48.332 |
| Adições | 2.403 | 5.408 | 714 | 1.353 | (2.547) | 227 | 7.558 |
| Alienações | (3.978) | (1.370) | (62) | (471) | (27) | (95) | (6.003) |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 24.243 | 17.033 | 2.184 | 3.616 | 156 | 2.655 | 49.887 |
| - | | | | | | | |
| Adições | 4.067 | 1.155 | 821 | 51 | 872 | 271 | 7.237 |
| Alienações | - | (518) | (8) | - | - | (126) | (652) |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 28.310 | 17.670 | 2.997 | 3.667 | 1.028 | 2.800 | 56.472 |
| Depreciação e perda por redução ao valor recuperável: | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2012 | 12.437 | 7.682 | 559 | 1.817 | - | 1.414 | 23.908 |
| Despesa de depreciação no exercício | 969 | 1.109 | 169 | 413 | - | 387 | 3.048 |
| | 13.406 | 8.791 | 728 | 2.230 | - | 1.801 | 26.956 |
| Alienações | (2.126) | (711) | (35) | (163) | - | (87) | (3.122) |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 11.280 | 8.080 | 693 | 2.067 | - | 1.714 | 23.834 |
| - | | | | | | | |
| Despesa de depreciação no exercício | 869 | 1.298 | 242 | 439 | - | 359 | 3.207 |
| Alienações | - | (518) | (6) | - | - | (63) | (587) |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 12.149 | 8.860 | 929 | 2.506 | - | 2.010 | 26.454 |
| Valor residual líquido: | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 12.963 | 8.953 | 1.491 | 1.549 | 156 | 941 | 26.053 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 16.161 | 8.810 | 2.068 | 1.161 | 1.028 | 790 | 30.018 |

O imobilizado contempla reavaliação do imóvel industrial efetuada em 2004, localizado em Manaus, por meio de empresa especializada. O relatório de reavaliação foi efetuado pela referida empresa em 10 de novembro de 2004, sendo o valor reavaliado de R\$11.449, com nova vida útil estimada em 25 anos.

O Pronunciamento Técnico CPC01 - Redução ao valor recuperável de ativos define procedimentos que visam assegurar que os ativos de uma Companhia não estejam registrados por um valor contábil superior ao que pode ser recuperado no tempo por uso em suas operações ou em sua eventual venda e que esta avaliação seja feita, no mínimo, anualmente por ocasião do encerramento do exercício social.

A Companhia realizou em 2011, nova avaliação do imóvel, com empresa especializada, que estimou, a valor de mercado, o terreno e edificações, no montante de R\$31.000, que se comparado ao valor contabilizado, excede em R\$8.274 em 31 de dezembro de 2013, caracterizando, desta forma, o teste de valor recuperável deste ativo, sem a necessidade de constituição de provisão ao valor recuperável.

Como não houve mudanças em relação ao ambiente econômico aonde está localizado os terrenos e edificações, a Administração da Companhia entende que mesmo com a venda de parte do terreno de Manaus, os valores de mercado destes ativos (terrenos e edificações) são superiores ao valor contabilizado em 31 de dezembro de 2013.

Em atendimento ao CPC 27 (Imobilizado) referente à nova vida útil dos bens de maior relevância, a Companhia realizou a avaliação das taxas de depreciação das máquinas e equipamentos considerando adequadas as taxas já praticadas.

11 Intangível (controladora e consolidado)

| Descrição | Taxa (%) | 2013 | 2012 |
|----------------------------------|----------------------|---------------|---------------|
| | Anual de amortização | | |
| Marca "CALOI" | | 35.900 | 35.899 |
| Software | 10 e 20 | 5.130 | 4.673 |
| Projetos desenvolvidos | 20 | 569 | 569 |
| Relacionamento com Clientes | 20 | 1.000 | - |
| (-) Amortização Acumulada | | (2.688) | (2.027) |
| Total do Ativo intangível | | 39.911 | 39.114 |

Movimentação do Intangível - controladora e consolidado

| Descrição | Marcas e licenças | Software | Projetos desenvolvidos internamente | Relacionamento com clientes | Total |
|--|-------------------|--------------|-------------------------------------|-----------------------------|---------------|
| Custo ou avaliação: | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2012 | 35.900 | 4.534 | - | - | 40.434 |
| Adições | - | 138 | 570 | - | 708 |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 35.900 | 4.672 | 570 | - | 41.142 |
| Adições | - | 458 | - | 1.000 | 1.458 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 35.900 | 5.130 | 570 | 1.000 | 42.600 |
| Amortização e perda por redução ao valor recuperável: | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2012 | - | 1.571 | - | - | 1.571 |
| Amortização | - | 457 | - | - | 457 |
| Em 31 de dezembro de 2012 | - | 2.028 | - | - | 2.028 |
| Amortização | - | 497 | 114 | 50 | 661 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | - | 2.525 | 114 | 50 | 2.689 |
| Valor residual líquido: | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 35.900 | 2.644 | 570 | - | 39.114 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 35.900 | 2.605 | 456 | 950 | 39.911 |

A marca "Caloi" foi contabilizada nas demonstrações financeiras da Caloi Norte S/A, em 30/09/1999, pelo saldo de crédito atualizado que a Caloi Norte S/A detinha contra a detentora da marca "Caloi" na época pelo valor de R\$35.899. A Companhia realiza anualmente testes de redução ao valor recuperável deste ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram identificados ajustes a serem contabilizados.

Em 21 de Agosto de 2013, à luz do início das operações de comercialização das marcas da Cannondale Sports Unlimited, a Companhia adquiriu, nos termos permitidos pela legislação brasileira, a lista local de clientes, bem como dados cadastrais e histórico de vendas conforme

instrumentos particular celebrado na mesma data, ora classificado como ativo intangível denominado relacionamento com clientes.

12 Fornecedores a pagar

Referem-se a obrigações com fornecedores de serviços e materiais relacionados à atividade operacional da Companhia.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Fornecedores nacionais | 9.421 | 8.352 | 9.421 | 8.352 |
| Fornecedores estrangeiros | 19.125 | 6.192 | 19.125 | 6.192 |
| | 28.546 | 14.544 | 28.546 | 14.544 |

13 Empréstimos (controladora e consolidado)

| Modalidade e encargos | 2013 | 2012 |
|--|----------------|---------------|
| Para capital de giro em moeda nacional | 137.756 | 76.138 |
| Para capital de giro em moeda estrangeira com encargos de 8,5% + variação do dólar | - | 58 |
| | 137.756 | 76.196 |
| Parcelas classificadas no passivo circulante | 107.270 | 32.620 |
| Parcelas classificadas no passivo não circulante | 30.486 | 43.576 |

Para capital de giro - em moeda nacional

| Bancos | Vencimento da última parcela | Saldo em 31/12/2013 | Vencimento da última parcela | Saldo em 31/12/2012 |
|----------------------------------|------------------------------|---------------------|------------------------------|---------------------|
| CCB's | 09/10/2013 | - | 09/10/2013 | 4.195 |
| Itau | 02/05/2017 | 17.693 | 18/03/2017 | 20.907 |
| Santander | 23/05/2017 | 16.275 | 23/05/2017 | 19.036 |
| Santander | 23/04/2017 | 4.092 | 23/04/2017 | 4.905 |
| HSBC | 20/04/2017 | 5.968 | 20/04/2017 | 7.157 |
| Outros Bancos (circulante) | até 02/2014 | 93.728 | até 10/2014 | 19.938 |
| Total Empréstimo Nacional | | 137.756 | | 76.138 |

Para o exercício de 2013 e 2012, as parcelas classificadas como passivo circulante são de R\$107.270 e R\$32.620, respectivamente, e passivo não circulante de R\$30.486 e R\$43.576, respectivamente.

As taxas de juros praticadas nos empréstimos estão vinculadas, em sua maioria, à taxa flutuante CDI (Certificado Depósito Interbancário) adicionado de spread que varia entre os bancos.

Covenants e garantias

Os empréstimos do Banco Santander possuem cláusulas relativas a *covenants* financeiros com base no endividamento total em relação ao EBTIDA. Em 2013, este índice não foi cumprido, no entanto a Companhia possui documento emitido pela instituição financeira que a desobrigou

deste cumprimento no exercício 2013. Desta forma, a instituição financeira renunciou ao direito de vencimento antecipado disposto nas referidas cédulas de crédito bancária.

As garantias concedidas em razão dos empréstimos e financiamentos constituem basicamente em duplicatas, alienação de bens, notas promissórias e aval de terceiros.

14 Obrigações fiscais

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2.013 | 2.012 | 2.013 | 2.012 |
| Cofins | 59 | 299 | 59 | 299 |
| IPI | 77 | 67 | 77 | 67 |
| PIS | 15 | 65 | 15 | 65 |
| ICMS | - | 78 | 13 | 78 |
| ICMS Substituição tributaria | 855 | 738 | 903 | 743 |
| Parcelamento Refis IV | 6.631 | 7.118 | 6.631 | 7.118 |
| Parcelamento ICMS | - | 680 | - | 705 |
| Imposto de Renda a recolher | 19 | 254 | 19 | 254 |
| Outros Tributos | 541 | 437 | 541 | 437 |
| | 8.197 | 9.736 | 8.258 | 9.766 |
| Parcela passivo circulante | 2.215 | 3.327 | 2.276 | 3.357 |
| Parcela passivo não circulante | 5.982 | 6.409 | 5.982 | 6.409 |

Adesão ao Programa de Parcelamento - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Este parcelamento prevê, entre outras, o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Caloi e a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros.

A Companhia avaliou os benefícios desta nova lei de parcelamento e, em 19/08/2009, optou pela migração do PAEX referente aos tributos IPI, PIS, COFINS e INSS para o REFIS IV, a serem liquidados em até 180 meses, e vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Os saldos a pagar são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

Ressalta-se que a permanência no programa está vinculada à inexistência de atraso no pagamento das prestações e, no que aplicável, a desistência das ações relativas aos débitos parcelados. A Companhia cumpri os pagamentos das prestações dentro de seus vencimentos.

| | 2013 | 2012 |
|--|-------------|-------------|
| Saldo Inicial | 7.118 | 8.282 |
| (-) Pagamentos realizados | (882) | (1.685) |
| (-) Atualização Financeira do Refis IV | 395 | 521 |
| Saldo Final | 6.631 | 7.118 |
| Parcela passivo circulante | 649 | 806 |
| Parcela passivo não circulante | 5.982 | 6.312 |
| Vencimentos | | |
| 2013 | - | 806 |
| 2014 | 752 | 711 |
| 2015 | 611 | 577 |
| 2016 | 611 | 577 |
| 2017 | 611 | 577 |
| 2018 | 611 | 577 |
| 2019 até 2024 | 3.435 | 3.293 |
| Total | 6.631 | 7.118 |

15 Prejuízo fiscal e base negativa contribuição social

O prejuízo fiscal a compensar no montante de R\$67.041 de acordo com a Lei nº 9.249/95, está limitado à compensação de 30% do lucro tributável de cada período, sem prazo prescricional.

A base negativa contribuição social no montante de R\$41.479, poderá ser considerada na base de cálculo de futuras contribuições, limitado à compensação de 30% em cada período, sem prazo prescricional.

| | Movimentação do Estoque de Prejuízo Fiscal e Base Negativa | |
|----------------------|---|-----------------------------|
| | Prejuízo Fiscal (IR) | Base Negativa (CSLL) |
| Dezembro 2011 | (75.095) | (49.484) |
| Utilização em 2012 | 5.211 | 5.165 |
| Dezembro 2012 | (69.884) | (44.319) |
| Utilização em 2013 | 2.843 | 2.840 |
| Dezembro 2013 | (67.041) | (41.479) |

16 Tributos diferidos

Ativo

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo diferido referente a créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias (provisões temporariamente indedutíveis), foi reconhecido com base em expectativa futura de lucros tributáveis.

Passivo

A Companhia possui provisão de imposto de renda e contribuição social diferido passivo no montante de R\$1.277 (R\$2.702 em 31 de dezembro de 2012), sobre reserva de reavaliação de

ativos próprios realizada em períodos anteriores. Nesta demonstração financeira os referidos valores estão demonstrados como redutores dos demais ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social.

A seguir, representamos a composição dos créditos e débitos fiscais:

| | 2013 | 2012 |
|--|---------------|---------------|
| Sobre prejuízos fiscais e Base Negativa | 15.800 | 9.996 |
| Sobre diferenças temporárias | | |
| IR_CSLL diferido ativo s/ diferenças temporárias | 2.097 | 2.752 |
| IR_CSLL diferido passivo s/ reserva de reavaliação | (1.277) | (2.702) |
| | 16.620 | 10.046 |

A Companhia, com base em estimativa atualizada de geração de lucros nos períodos vindouros e em linha com as práticas contábeis, reconheceu no exercício de 2013 a totalidade do ativo de imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa. O complemento deste reconhecimento culminou com o reconhecimento de receita de imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 6.572, valor discriminado no quadro da conciliação dos impostos.

A Companhia realizou teste de realização dos ativos de impostos diferidos e concluiu que a expectativa de realização destes dar-se-á em prazo razoável e condizente com as práticas e princípios contábeis.

17 Imposto de renda e contribuição social - conciliação

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|--|--------------|-------------|----------------|-----------|--------------|-------------|----------------|-----------|
| | 2013 | | 2012 | | 2013 | | 2012 | |
| Lucro antes dos impostos | 6.475 | | 20.049 | | 6.478 | | 20.052 | |
| Alíquota combinada | 34% | | 34% | | 34% | | 34% | |
| Impostos de renda e contribuição social pela alíquota combinada | (2.178) | 34% | (6.817) | 34% | (2.179) | 34% | (6.818) | 34% |
| (Adições) / Exclusões temporárias e permanentes | (1.019) | 16% | 1.433 | -7% | (1.021) | 16% | 1.431 | -7% |
| Utilização de prejuízo fiscal | 966 | -15% | 1.792 | -9% | 966 | -15% | 1.792 | -9% |
| Incentivo fiscal - lucro exploração SUDAM | 1.382 | -21% | 2.777 | -14% | 1.382 | -21% | 2.777 | -14% |
| Programa de alimentação ao trabalhador - PAT | 40 | -1% | 73 | 0% | 40 | -1% | 73 | 0% |
| Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias | (593) | 9% | (698) | 3% | (593) | 9% | (698) | 3% |
| Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais | (767) | 12% | - | | (767) | 12% | - | |
| Complemento de Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais | 6.572 | -101% | - | | 6.572 | -101% | - | |
| | 4.402 | -68% | (1.440) | 7% | 4.399 | -68% | (1.443) | 7% |
| Total benefício (despesas) no resultado | | | | | | | | |
| Corrente | (809) | | (742) | | (812) | | (745) | |
| Diferido | 5.211 | | (698) | | 5.211 | | (698) | |
| Total | 4.402 | | (1.440) | | 4.399 | | (1.443) | |
| Alíquota efetiva | -68% | | 7% | | -68% | | 7% | |

18 Outras contas a pagar

Circulante

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Royalties a pagar | 1.067 | 787 | 1.067 | 787 |
| Propaganda a pagar | 1.462 | 1.780 | 1.462 | 1.780 |
| Outras contas diversas a pagar | 843 | 2.087 | 843 | 2.087 |
| Perdas em controladas e coligadas | - | 1.475 | - | - |
| Recebimento antecipado | 488 | 35 | 488 | 35 |
| | 3.860 | 6.164 | 3.860 | 4.689 |

Não circulante

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| IPTU a recolher | 1.160 | 1.093 | 1.160 | 1.093 |
| Águas do Amazonas a pagar | 868 | 743 | 868 | 743 |
| | 2.028 | 1.836 | 2.028 | 1.836 |

19 Transações com partes relacionadas

| | 2013 | 2012 |
|---|------|-------|
| a) Saldos de contas a receber: | | |
| Controlada (ativo não circulante) | - | 1.647 |
| b) Saldos de contas a pagar | | |
| Controlada (passivo não circulante) | 170 | 81 |
| c) Saldos de outros créditos: | | |
| Acionista Nacional (ativo não circulante) (vide nota 8) - | - | 6.764 |
| d) Compras e serviços adquiridos de empresas ligadas: | | |
| Controlada | 24 | 24 |
| Acionista estrangeiro | - | - |

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações de compra de produtos e/ou serviços que constituem o objeto social da Companhia e são realizados a valor de mercado. O item “d” reflete a movimentação ocorrida no período findo em 31 de dezembro de 2013. No decorrer de 2013 as controladas HO Fitness Ltda e Caloi USA Inc deixaram de fazer parte do grupo Caloi.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem saldo a pagar a empresas pertencentes ao grupo Dorel no montante de R\$243, ora classificados como passivo circulante.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores abrange basicamente os salários e os benefícios pagos nos períodos informados. Em 31 de dezembro de 2013, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, reconhecidas no resultado do exercício, totalizaram R\$3.929 na controladora e consolidado (em 31 de dezembro de 2012, R\$4.492).

20 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião dos advogados, o montante referente às causas consideradas prováveis para registro na rubrica de “Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas” é de R\$345 na controladora (R\$742 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 345 no consolidado (R\$ 1.019 em 31 de dezembro de 2012). No resultado do exercício foi registrado em 2013 e 2012 o equivalente a R\$493 e R\$1.232 em perdas.

| Movimentação da Provisão | |
|--|------------|
| Saldo anterior | 742 |
| Novos processos | 122 |
| Revesão por não utilização da provisão | (186) |
| Mudança Prognostico | (78) |
| Pagamentos | (308) |
| Atualizações | 53 |
| Saldo atualizado | 345 |

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas mantinham, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, são classificadas como perdas possíveis, no valor aproximado de R\$19.014 (R\$16.771 em 31 de dezembro de 2012), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Revisão da apuração de tributos

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos federais (imposto de renda, contribuição social, IPI, PIS e COFINS) e ao imposto estadual (ICMS).

Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS).

Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias.

21 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital Social da Sociedade é de R\$46.714 e está representado por 458.932 ações ordinárias.

b. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2013, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$6.809. A retenção referente ao exercício de 2013 está fundamentada em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O saldo da

reserva da retenção dos lucros esta disponível para posterior destinação a ser definida em AGO ou AGE.

c. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$552, referente ao exercício 2013 conforme previsto no artigo 193 da Lei das Companhias por Ações.

d. Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes: (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovar, a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Companhias por Ações).

e. Reserva de incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais (SUDAM) no montante de R\$.1382 referente ao exercício 2013 conforme previsto no artigo 195 da Lei das Companhias por Ações.

f. Reserva de reavaliação

O imobilizado contempla reavaliação do imóvel industrial efetuada em 2004, localizado em Manaus, por meio de empresa especializada. O relatório de reavaliação foi efetuado pela referida empresa em 10 de novembro de 2004, sendo o valor reavaliado de R\$11.449, com nova vida útil estimada em 25 anos. A reserva do imposto de renda e contribuição social diferidos foram reconhecidas concomitantemente com a reserva de reavaliação. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos destacados na demonstração de resultado contempla o reflexo da realização da reserva de reavaliação apropriada em 2013.

g. Cálculo do lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é demonstrado a seguir:

| | <u>Controladora</u> | |
|--|---------------------|---------|
| | 2013 | 2012 |
| Lucro líquido do exercício | 10.877 | 18.609 |
| Numero de ações | 458.932 | 458.932 |
| Lucro líquido do exercício (por lote de mil) | 23,70 | 40,55 |

22 Receita líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Receita operacional bruta | 341.758 | 320.241 | 341.756 | 320.241 |
| Impostos sobre vendas e outros | (66.472) | (61.038) | (66.473) | (61.041) |
| Receita líquida de vendas | 275.286 | 259.203 | 275.283 | 259.200 |

23 Despesas com vendas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Despesas com pessoal | (8.228) | (7.320) | (8.228) | (7.320) |
| Despesas de comunicação, distribuição e locação | (9.696) | (8.014) | (9.672) | (7.990) |
| Despesas com serviços em geral | (2.543) | (1.511) | (2.543) | (1.511) |
| | (20.467) | (16.845) | (20.443) | (16.821) |

24 Despesas gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2013 | 2012 | 2013 | 2012 |
| Despesas com pessoal | (11.152) | (12.849) | (11.152) | (12.849) |
| Despesas gerais | (19.732) | (15.868) | (19.759) | (15.931) |
| | (30.884) | (28.717) | (30.911) | (28.780) |

25 Participações dos empregados e administradores no resultado

A Companhia tem uma política de conceder Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus empregados e diretores. O valor do PLR é equivalente a metas operacionais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante registrado como despesa do exercício é de R\$1.265 (R\$3,754 em 2012) sendo R\$ 1.207 como saldo de provisão na rubrica de “Salários e encargos” no passivo circulante.

As despesas com participações nos lucros e resultados passaram a incorporar as demais despesas operacionais das áreas funcionais pertencente a estrutura organizacional. Desta forma, não são mais destacadas individualmente como sub item das despesas operacionais nas demonstrações de resultado.

26 Resultado financeiro (controladora e consolidado)

| | 2.013 | 2.012 |
|---|-----------------|-----------------|
| Despesas Financeiras | | |
| Juros s/financiadores, fornecedores | (16.143) | (12.537) |
| Atualização de multa e juros de impostos parcelados | (223) | (740) |
| Juros s/ Euronotes | - | (652) |
| Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) | (1.591) | (1.360) |
| Outras despesas financeiras | - | (242) |
| | (17.957) | (15.531) |
| Receitas Financeiras | | |
| Juros ativos de clientes | 920 | 463 |
| Rendimentos aplicações financeiras | 53 | 108 |
| Outras Receitas Financeiras | - | 6 |
| | 973 | 577 |
| | (16.984) | (14.954) |

27 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e empréstimos em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Disponibilidades e aplicações financeiras: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- Fornecedores do exterior: os valores reconhecidos representam a parcela em Reais dos valores de aquisição em moeda estrangeira;
- Empréstimos e financiamentos: os valores reconhecidos representam a parcela em Reais dos valores de liquidação na data-base de 31/12/2013.

Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Total empréstimo nacional: R\$137.756

Logo, com base no saldo final de 2013, para cada variação de 1p.p. na taxa de juros do CDI a variação esperada na despesa e receita financeira é de R\$1.377.

Risco operacional

A Companhia opera na industrialização de bicicletas, de marca própria, em diversas regiões do país. A performance de suas operações está sujeita às condições do mercado, economia e indústria.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está discriminada a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Instrumentos financeiros ativos “não derivativos” são classificados como recebíveis.

Instrumentos financeiros passivos “não derivativos” são classificados pelo passivo pelo custo amortizado.

Valor justo

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

b. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, bem como de contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As taxas de juros praticadas nos empréstimos de curto e longo prazo estão vinculadas a taxa flutuante CDI adicionado de *spread*. Sendo assim, o valor contábil e valor justo de empréstimos são equivalentes.

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

28 Outros assuntos

A Companhia efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os ativos e produtos (imóveis alugados, lucros cessantes, bens e estoques) com cobertura contratada total de R\$384.717 sujeitos a riscos, montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações.

Eduardo Musa
Diretor Presidente

Adriano Fernandes Nascentes
Diretor Administrativo Financeiro

João Gilberto Debacco
Contador CRC 1SP 155.806